

Patu (não) é Auschwitz: políticas de memória para (des)aparecer um acontecimento

Patu is (not) Auschwitz: politics of memory to (dis)appear an event

Patu (no) es Auschwitz: políticas de la memoria para (des)aparecer un acontecimiento

Daniel MACÊDO¹

Resumo

Com os esforços para narrar os ocorridos no campo de concentração do Patu, gestado pelo Estado Brasileiro na seca de 1932 no Ceará, constituíram-se associações com os confinamentos nazistas, especialmente com Auschwitz. As relações entre os dois casos mobilizam estratégias diversas para recompor acontecimentos a partir das políticas de memórias que direcionam criações narrativas em diferentes períodos históricos. A fim de notarmos as características das políticas exercidas por diferentes narradores e as qualidades das memórias que propõem com tais entramações, percorremos um conjunto diverso de textualizações mapeando as especificidades dessas associações para, neste artigo, identificarmos e discutirmos os movimentos que fazem aparecer e desaparecer tais acontecimentos ao se apresentarem vinculados um ao outro.

Palavras-chave: acontecimento; políticas de memória; campo de concentração; Auschwitz; Senador Pompeu.

Abstract

Efforts to narrate the events at the Patu concentration camp, established by the Brazilian State during the 1932 drought in Ceará, have drawn associations with Nazi confinements, especially Auschwitz. The relationships between the two cases mobilize diverse strategies to reconstruct events based on the politics of memory that guide narrative creations in different historical periods. In order to note the characteristics of the politics exercised by different narrators and the qualities of the memories they propose with such interweavings, we examined a diverse set of textualizations, mapping the specificities of these associations in order to, in this article, identify and

¹ Doutor em Comunicação e Sociabilidades Contemporâneas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor no Depto. de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: daniel.3macedo@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6668-4175.



discuss the movements that make these events appear and disappear as they are presented linked to one another.

Keywords: event; concentration camp; politics of memory; Auschwitz; Senador Pompeu.

Resumen

Los esfuerzos por narrar los sucesos en el campo de concentración de Patu, establecido por el Estado brasileño durante la sequía de 1932 en Ceará, han generado asociaciones con los confinamientos nazis, especialmente Auschwitz. Las relaciones entre ambos casos movilizan diversas estrategias para reconstruir los acontecimientos a partir de las políticas de la memoria que guían las creaciones narrativas en diferentes períodos históricos. Para observar las características de las políticas ejercidas por diferentes narradores y las cualidades de las memorias que proponen con tales entrelazamientos, examinamos un conjunto diverso de textualizaciones, mapeando las especificidades de estas asociaciones para, en este artículo, identificar y discutir los movimientos que hacen que estos sucesos aparezcan y desaparezcan al presentarse vinculados entre sí.

Palabras clave: acontecimiento; políticas de la memoria; campo de concentración; Auschwitz; Senador Pompeu.

Introdução

Com os primeiros sinais da estiagem de 1932, o Estado Brasileiro implementou sete campos de concentração em seis cidades ao longo da malha férrea existente no Ceará – sendo dois em Fortaleza. Gerenciados pela Inspetoria Federal de Obras de Combate à Seca – IFOCS, tratavam-se de espaços de confinamento de sertanejos que se direcionavam aos centros urbanos e que, uma vez cerceados, eram submetidos a longas jornadas de trabalhos em obras de infraestrutura hídrica e ferroviária.

Campo de concentração era o nome adotado pelos órgãos do Estado para designar as zonas de confinamento implementadas naquele ano. Trata-se de uma retomada do nome e das experiências de controle populacional do Campo de Concentração do Matadouro, estabelecido em Fortaleza durante a seca de 1915. Apesar da nomenclatura oficial, termos como ‘currais do governo’ eram utilizados para testemunhar a desumanização gerida pelo Estado – como discutia em outro trabalho (MACÊDO, 2024A).



Há imprecisões e divergências em torno dos números de confinados neste período, com variações entre os ditos nas páginas de jornais e nos relatórios oficiais do Estado. Como parâmetro, podemos tomar as declarações de Vargas (1933, p. 379) que, na qualidade de chefe do poder Executivo, afirmava que mais de “um milhão de pessoas” foram “atendidas com serviços profícuos de higiene e assistência” a partir do confinamento. Apesar dos apontamentos públicos que admitiam os campos de concentração como política assistencial aos atingidos pela seca, historiadores como Kênia Rios (2014) e Frederico Neves (2000) destacam a inconsistência das medidas de apoio aos confinados, especialmente no que diz respeito à alimentação e à saúde.

Ao nos debruçarmos sobre as dinâmicas de operação dos campos de concentração, tem interessado pensá-los como criações resultantes de um processo necropolítico (MACÊDO, 2024A) tanto por seu direcionamento a cercear, controlar e encerrar as possibilidades de atuação de sujeitos a quem se negava a vida pública nas cidades, quanto pela presença constante da morte que fez das valas coletivas uma cena cotidiana dessas locações.

Esse acontecimento, como apresentamos ao longo da pesquisa (MACÊDO, 2025A), enreda-se por uma dinâmica complexa de disputas em torno dos modos e das qualidades admitidas ao narrá-lo. Após a liberação de confinados em 1933, o Estado Brasileiro, a partir de seus agentes e de suas instituições, moveu-se estrategicamente para destituir as evidências do ocorrido, para inibir os testemunhos de sobreviventes e para desarticular as mobilizações populares que convocavam memórias sobre os vividos nos campos de concentração. Tais esforços de silenciamento são característicos dos engajamentos do Estado Brasileiro com o acontecimento na segunda metade do século passado e produziam acirramentos, especialmente a partir dos anos 80 em Senador Pompeu, com um conjunto diverso de pesquisadores, de agrupamentos católicos, de coletivos artísticos e de sobreviventes que retomavam memórias incidindo pela viabilização de uma conversa pública sobre a experiência histórica e sobre as marcas do acontecimento que ainda são sensíveis na cidade.

Em meio ao Sertão-Central do Ceará, Senador Pompeu foi a sede do Campo de Concentração do Patu, localizado nas imediações da construção abandonada de uma



barragem hídrica do rio Patu que era gerenciada pelo IFOCS e que contava com uma infraestrutura de casarões utilizados para gestão do empreendimento. Trata-se da cidade em que nasci, em que vivi e em que percorri espaços encontrando vestígios associados ao acontecimento histórico que perduram e que, como discuto (MACÊDO, 2025A), constituem-se como pontos de partidas para arruiná-la. Isto é, para reconhecer os ocorridos ao retomar referentes históricos diante dos elementos que estão integrados ao cotidiano da cidade.

Esta noção movediça das ruínas, oriunda do engajamento afetivo com os vestígios e de uma ação no/com o tempo para compor memórias, é pensada em diálogo com as proposições de Robert Ginsberg (2004), de Diana Taylor (2009) e de Andreas Huyssen (2006; 2000) que nos chamam a notar ruínas não como dados fixos, delimitados pela materialidade. Estes pensadores, em suas particularidades, admitem que ruínas se dão como elaborações imprecisas a partir de nossos modos de ver e de mobilizar repertórios para recompor os acontecimentos em uma dada experiência com o espaço e com as histórias que o circundam.

Se há um labor memorável que perpasse o reconhecimento das ruínas, interessa, pois, questionar os apontamentos que indiciam experiências com o espaço e com a história como via para identificarmos as políticas que orientam memórias do Campo do Patu. As operações políticas em torno das relações entre acontecimentos agenciam modos de lembrar e de esquecer, como apontam as proposições de Michael Pollak (1989) e de Andreas Huyssen (2014) que, em suas singularidades, nos convocam a notar suas parcialidades frente aos exercícios de poderes em práticas socialmente legitimadas que mobilizam distintos projetos de memória a partir das implicações de um dado espaço-tempo.

Questionando as políticas de memória que perpassam arruinamentos do Campo do Patu, notava que, dentre as estratégias exercitadas por agentes da sociedade civil, existia uma recorrente comparação com os campos de concentração realizados pela Alemanha Nazista, operados entre 1933 e 1945. Os campos de concentração de Auschwitz², nessa estratégia, ocupa lugar de destaque e surge em produções diversas como referente pelo qual se tecem equiparações entre distintos

² - Criado pelos nazistas na Polônia ocupada, funcionou como centro de trabalho forçado, tortura e extermínio durante a Segunda Guerra Mundial. Ele se tornou o maior complexo genocida nazista, onde mais de um milhão de judeus e outras vítimas foram assassinados.



acontecimentos – sendo, por vezes, tomados como equivalentes e sinonímicos. Por tal recorrência, este artigo se direciona a investigar tais proposições a fim de identificar as qualidades das aproximações entre os acontecimentos e, então, discutir as políticas de memórias que direcionam determinados arruinamentos ao Campo do Patu.

Para isso, partimos do arquivo elaborado ao longo da pesquisa com textos em formatos diversos, de períodos distintos e constituídos a partir de pautas e intenções variadas. Admitindo a proposição de Bruno Leal (2018) ao articular uma noção alargada de texto enquanto “elaboração significativa”, sem prender-se aos ditames das palavras e das verbalizações, podemos considerar que materialidades audiovisuais, reportagens impressas, entre outras constituem-se a partir das textualidades possíveis em um dado espaço-tempo e, com isso, já não se delimitam apenas à dimensão “midiática” atrelada ao suporte; uma vez que valorizam-se enquanto processos e tomadas de posição em que determinadas operações simbólicas tornam-se possíveis. Assim, não delimitamos um recorte em torno de um determinado período ou de um agente específico e, a partir de percursos iniciais com esses textos, tomamos aqueles que se marcam por comparações como integrantes do corpus deste trabalho – detalhados ao longo do artigo e dispostos nas referências.

Nesse processo, partimos de um experimento teórico-metodológico ao pesquisar (com) textos (MACÊDO, 2025B) e, nisso, praticamos um movimento tríplice: no primeiro, reconhecemos materialidades enquanto criações significativas e, ao *pesquisar textos*, demarcamos um gesto epistêmico para deslocá-los de pretensas completudes e estabilidades; no segundo, ao *pesquisar com textos*, admitimos a dimensão afetiva pela qual nos envolvemos com textos e elaboramos leituras marcadas pelos tensionamentos desse encontro; no terceiro, ao *pesquisar contextos*, ao inclinarmos esse encontro para mapear e discutir as marcas da montagem e os rastros das performances que dão-se à ver nos textos.

Esse último movimento, com empenhos para localizar o texto frente ao seu contexto constituinte, nos permite notar as textualidades para considerarmos não apenas as qualidades das comparações entre acontecimentos; mas, também, as agências que articulam tal movimento enquanto estratégia comunicativa. A partir dessas notações de textos específicos, exercitamos enredamentos das pistas encontradas a partir de elementos contextuais e de agentes envolvidos que os



aproximam para, com isso, complexificarmos as percepções e reflexões sobre as políticas de memória em determinado espaço/tempo – que apresentamos a seguir.

Notações das comparações entre Patu e Auschwitz

Ao percorrermos o arquivo de pesquisa identificando textos que articulam comparações entre casos brasileiros e alemães, podemos aproximá-los considerando o contexto em que são produzidas e/ou os agentes envolvidos. A partir disso, tomamos três contextos que, além de perpassarem as textualidades em estudo, fundamentam distintas lógicas e intenções das políticas de memória ao estabelecer vínculos de diferentes qualidades entre tais acontecimentos.

Contextos e textualidades da Equipe Cultural 19-22

Em meados da década de 90, criações artísticas e movimentações populares incitavam discussões públicas sobre os confinamentos dos anos 30 a partir de manifestações em linguagens diversas. Nesse momento, a Caminhada da Seca – romaria anual organizada pelas confrarias populares da Igreja Católica em louvor aos mortos concentrados, discutida com maiores detalhes por Macêdo (2025C) e por Karoline Silva (2017) – já acumulava mais de uma década em mobilizações e em ritos de memória em favor dos que padeceram em confinamento, criando um lastro para que outros agentes de Senador Pompeu pudessem, então, realizar outras iniciativas, em outros campos de ação.

A criação da Equipe Cultural 19-22 se dá nesse período e, composta por poetas, historiadores e ativistas de direitos humanos, assume posto de notoriedade em razão do papel desempenhado pelo coletivo ao articular iniciativas públicas em favor da patrimonialização do sítio histórico do Patu, como aponta o arquiteto Mayk Lenno Lima (2021) e o historiador Aterlane Martins (2015). Dentre as iniciativas, cabe destacar o Projeto de Iniciativa Popular articulado à coleta de assinaturas que, além de ser protocolado na Câmara Municipal, reposicionou a discussão pública sobre o caso ao mobilizar jornalistas a narrarem o acontecimento histórico a partir da incidência política do coletivo.

Dentre as estratégias utilizadas para chamar atenção ao caso, a Equipe Cultural 19-22 se valia de comparações entre o Patu e Auschwitz tomando este último



como referente para elaborar imaginários sobre os ocorridos no Ceará. Para isso, se valia da pregnância associada aos horrores acometidos por nazistas, de mais amplo conhecimento popular, para mobilizar interesse aos ocorridos em Senador Pompeu – que, naquele momento, ainda se marcava por fortes iniciativas de repressão a quem ousasse falar sobre o que ocorreu na cidade. A associação, então, buscava acionar a opinião pública crítica aos campos nazistas para, partindo das formulações contrárias, denunciar o que ocorreu em Senador Pompeu e que era tão pouco falado ou conhecido.

Essa estratégia, combinada às ações locais de incidência política, constituiu-se como chamariz para outros agentes narrarem o caso partindo do apelo constituído com a crítica aos campos de concentração nazistas combinando-o com a anterioridade do caso brasileiro; que, por sua vez, se vertia em um chamado a conhecer o que ocorreu em Senador Pompeu. No entanto, embora destaquem os ocorridos na cidade e permitam localizar especificidades, há movimentos que tomam as cenas elaboradas como similares aos ocorridos em Auschwitz.

Nesse rumo, cabe destacar a reportagem de Ariadne Araújo publicada pelo *Jornal O Povo* (1996) em 03 de junho. A publicação impressa, um marco de retomada de publicações deste periódico que não narrava sobre confinamentos desde suas finalizações, elabora uma visão panorâmica sobre o acontecimento ao valer-se de testemunhos de sobreviventes e de caracterizações sobre cotidianos no campo de concentração. Antes de percorrer as especificidades do Patu, a reportagem estabelece a comparação ao tomar, ainda nas primeiras linhas, o caso cearense como a “Auschwitz de Senador Pompeu” praticando um movimento que parte do caso europeu como referência para aproximar o leitor do “inferno” – para ficarmos em termo recorrente na reportagem – que assemelha ambos os casos.



Figura 1: Reportagem ‘Sertão do Ceará teve campo de concentração’ do Jornal O Povo (1996)

Fonte: Arquivo de Pesquisa

Embora o título destaque um campo de concentração no sertão do Ceará, é o referente de Auschwitz que surge para qualificar a zona de confinamento daquela cidade; construindo, com isso, uma narrativa que retoma um indicador admitido como pertencente ao repertório dos públicos do jornal para localizar a particularidade do que se apresentará no fluxo da reportagem. Esse movimento também é notável na reportagem produzida pelo jornalista Marco Uchôa para o *Fantástico* (1996) que, como já discutíamos ao investigá-la com maior atenção em outro trabalho (MACÊDO, 2023), realiza-se em conjunto com integrantes da Equipe Cultural 19-22 e cumpre relevância ao posicionar o acontecimento histórico em um circuito nacional de discussões, ampliando a conversa pública sobre o Campo do Patu.



Figura 2: Quadro de Imagens dos primeiros 20s da reportagem do Fantástico (1996)

Fonte: Arquivo de Pesquisa



A reportagem do Fantástico inicia com um corte da entrevista com Zacarias Benedito Carvalho, sobrevivente do Campo do Patu, que diz: “...eu vi em toda aquela concentração, em todos os ranchos” a fim de posicionar o caráter testemunhal do acontecimento que será descrito no fluxo da reportagem. Na sequência, no entanto, não são imagens de Senador Pompeu que são apresentadas. As imagens dos confinamentos nazistas são acompanhadas pelo *off* do repórter que afirma: “Campos de concentração: uma ideia logo associada às prisões nazistas da Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, esse pesadelo voltou a ser vivido durante a Guerra da Bósnia; mas o Brasil também já foi cenário de algo parecido”.

Um dos entrevistados na reportagem do Fantástico (1996) é Valdecy Alves, integrante da Equipe Cultural 19-22 que, ao ser questionado pelo repórter sobre a existência de comprovações do Campo do Patu, destacou a inexistência ao dizer “Documento escrito, não! Existe o documento vivo das pessoas!”. Embora os documentos existissem³, estavam confinados em arquivos e, com isso, faltavam imagens que pudessem materializar as cenas narradas pelos sobreviventes e historiadores. A ausência de imagens, em aliança à estratégia comparativa, mobilizou a retomada de filmagens de campos de concentração nazistas como um chamado a imaginar as dinâmicas de uma zona de confinamento e, assim, lidar com a ausência de imagens específicas do Patu. Há um cuidado da reportagem em não tratá-las como equivalentes, mas como “parecidas” reverberando o acionamento do referente para chamar a atenção e lidar com as lacunas.

Quem também partilha essa percepção é a historiadora Karoline Silva (2017, p. 50) ao retomar essa reportagem em seus estudos e considerar que essa comparação, “ao identificar que no Brasil houve um fato ‘parecido’, faz com que essas sensações [tristeza e dor] transbordem para o acontecimento que será narrado logo em seguida”; para, então, propor que “essa aproximação com um dos episódios mais sombrios da história da humanidade dá relevância ao acontecimento cearense” na medida em que este último é menos conhecido que o referente nazista.

³ Os boletins institucionais do IFOCS, as reportagens jornalísticas dos periódicos atuantes no Ceará, os relatórios do Departamento Nacional de Saúde Pública, os discursos oficiais de deputados no parlamento nacional e da Presidência da República, assim como os registros das instâncias estatais no Ceará são documentos que, embora existentes e acessados ao longo da pesquisa, não estavam disponíveis durante a produção da reportagem.

Além de 1996, no marco das iniciativas populares pela patrimonialização dos casarões que sediaram o Campo do Patu, outra medida que mobilizou uma ampliação da conversa pública sobre o caso foi o processo de produção do filme *Serca Seca*, realizado por Flávio Alves na reta final daquela década. Integrante da Equipe Cultural 19-22, Flávio exercitava ficcionalizações das cenas vivenciadas em 1933 a fim de compor registros audiovisuais a partir dos testemunhos narrados por sobreviventes. Como discutimos em outro trabalho (MACÊDO, 2025A), esse processo marcou-se por uma ampla repercussão com reportagens realizadas sobre os desafios de produzir cinema no Ceará; dentre elas, a reportagem d’*O Estado de São Paulo* (1999) também se dedica a elaborar sobre o acontecimento histórico estabelecendo aproximações com o referente nazista.



Figura 3: Reportagem ‘Filme narra tragédia do campo de concentração no Ceará em 32’ do Jornal O Estado de São Paulo (1999). **Fonte:** Arquivo de Pesquisa

Diferente das anteriores, em que o referente nazista é o marco inicial para localização de um indicador para campos cearenses; na reportagem d’*O Estado de São Paulo* (1999) essa construção se dá ao longo do texto a partir de cenas que são apresentadas como similares, a exemplo da chegada das pessoas nas zonas de confinamento; e de sentimentos que são comuns, como a percepção desses lugares



como “inferno”. Cabe destacar, ainda, que esse texto posiciona o caso nazista como referente, inclusive, para o nome “campo de concentração”, como destaca a Figura 3.

Nos casos apresentados, em que pesem suas particularidades, podemos notar que a estratégia de relação entre Patu e Auschwitz se dá em processos de aproximação sem que um sucumba o outro. Nisso, as ligações e as “aparências” entre os casos são elaboradas por políticas de memória que consideram tanto a ausência de imagens sobre o campo do Patu, quanto a ampla repercussão do caso europeu no Brasil que, por sua vez, é retomado por jornalistas – a partir dos chamados da Equipe Cultural 19-22 – para propor imaginários sobre o caso cearense. Essa aproximação, cabe notar, dinamiza contornos próprios ao Campo do Patu que, em cada um dos textos, ganha formas próprias – embora aproximadas à Auschwitz – frente aos empenhos de localizar as especificidades dos ocorridos que ali se deram.

Contextos e textualidades de Valdecy Alves

Com a destituição da Equipe Cultural 19-22, Valdecy Alves seguiu atuando em favor da patrimonialização do Campo do Patu e, dentre as variadas ações direcionadas a tal intento, a criação audiovisual se constituiu como parte de sua estratégia para retomar e ampliar a conversa pública sobre o acontecimento histórico. Nesse processo, reivindicado por ele como ativismo, Valdecy aciona e reposiciona uma série de construções narrativas elaboradas anteriormente nas dinâmicas coletivas, a exemplo da comparação dos campos de concentração cearenses ao ‘inferno’ a partir de um conjunto de audiovisuais que narram sua itinerância por lugares que foram campos de concentração – apresentados e discutidos com maior folego em outro trabalho (MACÊDO, 2024C) – e, com maior interesse a este trabalho, com Auschwitz.

Dentre as práticas audiovisuais de Valdecy Alves, estão criações realizadas anualmente durante a Caminhada da Seca. Ao investigarmos essas produções, discutindo-as como resultantes de uma ritualidade em meio à peregrinação que se evidencia pela retomada e atualização das elaborações imagéticas nos audiovisuais (MACÊDO, 2025D), podemos notar, ainda, como a comparação com Auschwitz é um dado reiterado a cada produção.



Figura 4: Aparições de Valdecy Alves em filmagens da Caminhada da Seca de 2013, 2015 e 2019.

Fonte: Arquivo de Pesquisa

Desde 2013, Valdecy passa a surgir diante da câmera para tomar posições sobre o acontecimento histórico. Apresentando-se enquanto poeta e ativista, é comum o movimento para acionar referentes de acontecimentos anteriores, como o Campo de Concentração do Matadouro, em 1915, que foram seminais para os campos de concentração de 1932. Em três de suas produções, aciona-se os casos nazistas para estabelecer comparativos. Ainda em 2013, Valdecy Alves (2013) destaca que os campos de concentração do Ceará são anteriores aos realizados por Hitler e, em meio ao cemitério simbólico para confinados, performa com os dizeres: “Este local é um local sagrado para toda a população de Senador Pompeu. Por quê? Porque os concentrados que morreram nessa Auschwitz brasileira, nesse campo de concentração – e assim já era chamado em 32 porque consta no *Jornal O Povo* – foram enterrados aqui, aos milhares”. Embora reivindique uma anterioridade ao caso cearense, seu movimento comparativo sucumbe a especificidade local frente ao referente europeu.

Essa mesma dinâmica é perceptível em outro audiovisual de Valdecy Alves (2015) na Caminhada da Seca que, além de tomar os campos de concentração do Ceará como “máquina de matar a exemplo de Auschwitz e Birkenau na Alemanha”, reivindica que “houve um holocausto” no Brasil antes de propor que “aqui é nossa Auschwitz”. A comparação se adensa quando ele propõe que “não teve câmara de gás, mas o abandono por parte do governo provocou a morte de milhares de pessoas, muitos enterrados no meio da mata” para fazer desta elaboração um marco que lhe permite considerar que “aqui é um lugar de martírio, como Auschwitz”.

Ao retomar as causas de mortes nos campos de concentração, ao explicar sobre a falta de assistência clínica e sobre a insuficiência alimentar, Valdecy (2015; 2019) conclui que “aqui é nossa Auschwitz”. Partindo das especificidades do caso local, as

afirmações de Valdecy, que buscam fazer do Patu a “nossa Auschwitz”, revelam suas políticas de memórias que se valem das particularidades dos ocorridos em Senador Pompeu para justificar uma comparação apesar de tudo que os diferencia. Ainda que seu movimento reivindicatório possa ser lido como um gesto para reivindicar ao caso local uma notoriedade equivalente ao caso europeu, é justo notar que, para isso, o movimento de comparação produz a dinâmica inversa ao invisibilizar particularidades e reificar o referente nazista.

Se cabe notarmos como a filmagem da Caminhada da Seca de 2015 repercute, com maior fôlego que as demais, a comparação entre Patu e Auschwitz; esta percepção assume interesse maior quando consideramos que, naquele ano, Valdecy Alves (2015B; 2016) viajou à Alemanha e à Polônia e produziu o vídeo-selfie *Museu do Holocausto em Berlim - No Ceará também teve Campo de Concentração!* e o documentário *Campos de concentração no Ceará: Auschwitz, ração, nazismo, escravidão* delimitando sua perspectiva comparativa entre os casos.



Figura 5: Aparições de Valdecy Alves em audiovisuais com cenas na Alemanha e na Polônia.

Fonte: Arquivo de Pesquisa

Enquanto o primeiro se direciona, em pouco mais de um minuto, a demarcar equivalências entre os casos; o segundo, com maior tempo, por mais de trinta minutos, estabelece uma sistemática lógica comparativa entre os ocorridos em Auschwitz e o que fora vivido no Ceará. Em meio a paisagem de Auschwitz, Valdecy diz que “há muitos exemplos de semelhanças entre os campos de concentração das secas do Ceará e Auschwitz. Vou dar três delas: primeiro, eram prisioneiros; depois, eram trazidos pra cá com a promessa de trabalho; não tinham o direito de ir e vir respeitado e a alimentação era por ração”. Na sequência, ele elabora sobre o caráter indesejado dos “molambudos” do Ceará e os judeus em Auschwitz admitindo que

estariam ambos sujeitos a políticas de eugenia; para, então, estabelecer uma política de equivalências com a comparação entre os casos.

Esses apontamentos também são pautados no *Diário do Nordeste* (2016) que, ao noticiar o lançamento do documentário de Valdecy Alves (2016), dedica uma reportagem que reforça a política de equivalência entre casos brasileiros e europeus ao propor que há uma “Auschwitz no Ceará”, como destaca o título.

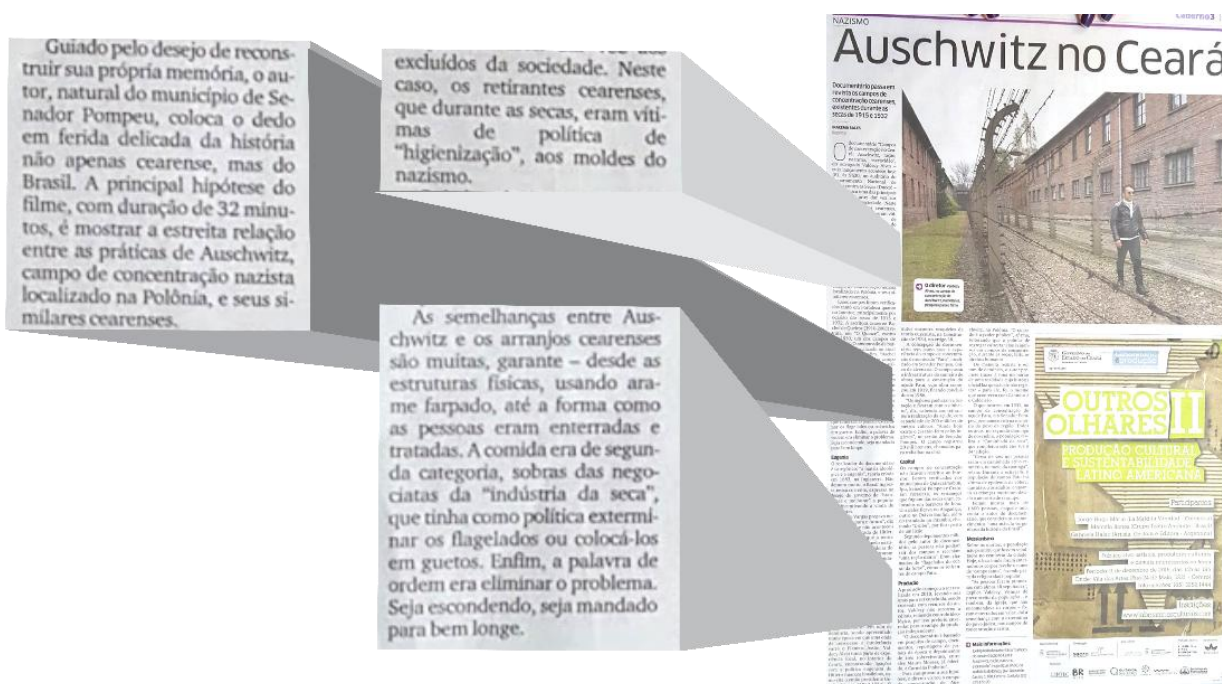


Figura 6: Reportagem ‘Auschwitz no Ceará’ do Jornal Diário do Nordeste (2016).

Fonte: Arquivo de Pesquisa

Desprezando as características de anterioridade do caso local, a reportagem do *Diário do Nordeste* (2016) afirma que os confinamentos cearenses se deram “aos moldes do nazismo” e, logo na sequência, que são casos similares em razão das “práticas” que são tidas como comuns aos dois casos. A publicação, a partir do documentário, reitera a lógica comparatista de Valdecy e, com isso, estabelece uma política de memória que anula as especificidades dos casos locais em favor de uma resposta simplificadora que toma como equivalente o que é contextualmente diferente e singular.



Nos casos apresentados, ainda que produzidos em momentos distintos, notamos que a estratégia de relação entre acontecimentos se dá em processos de comparação que, por sua vez, fazem sucumbir as particularidades do caso cearense em favor da reificação do referente nazista. Ainda quando se reivindica a anterioridade do caso local, é justo notarmos como essa elaboração se direciona a antever uma vinculação que anula as especificidades do Patu – e dos outros campos – para que eles possam ser tomados como equivalente a Auschwitz.

Contextos e textualidades de Patrimonialização do Campo do Patu

Com o Decreto Municipal (2019) que institui o Sítio Histórico do Campo de Concentração do Patu, o reconhecimento de uma narrativa histórica oficializada pelo Estado mobilizou um conjunto diverso de agentes a reverberar tais apontamentos. A patrimonialização e a cerimônia pública, aqui, são estratégias para mobilizar circulação da história legitimada. Quando investigamos esse momento (MACÊDO, 2025A), notamos que uma rede textual complexa se estrutura em torno de tal reconhecimento a partir da variedade e da diversidade de agentes jornalísticos de editorias nacionais e internacionais que são mobilizados a pautar tais perspectivas.

Embora o marco patrimonial coesione uma via regulada para narrar o acontecimento histórico que jornalistas, por vezes, venham a aderir a tais elaborações; importa notarmos como a aproximação entre Patu e Auschwitz surge entre os temas não regulados, tampouco propostos, pelo marco patrimonial que, ainda assim, figuram em diferentes relações em cada reportagem.

Uma primeira relação, semelhante à elaborada pelos jornalistas que se envolveram com a Equipe Cultural 19-22, é praticada por Anna Balloussier em reportagem para *Folha de S. Paulo* (2019) ao estabelecer uma aproximação entre casos; sem, no entanto, suplantando as particularidades de cada um. Outra característica importante, devemos notar, é que já não se toma Auschwitz como referente; e, em outro sentido, o que se toma é o campo de concentração como política nazista.

O confinamento é de 1932. Um ano depois, os nazistas criariam sua primeira versão dessa modalidade de prisão: a do mundo ao permitir o assassinato sistemático de 6 milhões de judeus: uma fábrica reestruturada no sudeste alemão para enclausurar prisioneiros políticos de Adolf Hitler.



Figura 7: Reportagem ‘Campo de concentração no Ceará, anterior aos de Hitler, será tombado’ da Folha de S. Paulo (2019). **Fonte:** Arquivo de Pesquisa

Nessa reportagem, o referente nazista surge para demarcar a anterioridade do caso brasileiro e para estabelecer as diferenças que caracterizam distintos campos de concentração, em razão de seus contextos constituintes. Esse movimento não é uma novidade nos modos da *Folha de S. Paulo* (2014) se relacionar com esse caso, especialmente quando consideramos a mesma dinâmica orientada a reportagem *Segue o seco: viagem pela memória de campos de concentração no Ceará*.

Só em 1933 os nazistas criariam seu primeiro campo, numa fábrica de pólvora reestruturada para encarcerar comunistas, sindicalistas e outros desafetos do chanceler Adolf Hitler. A prática de isolar os “molambudos” dos “cidadãos de bem” já era velha conhecida no Brasil de Getúlio Vargas — um país em que a população caminhava para os 40 milhões.



Figura 8: Reportagem ‘Segue o seco: viagem pela memória de campos de concentração no Ceará’ da Folha de S. Paulo (2014). **Fonte:** Arquivo de Pesquisa

Em que se ressaltem os contextos particulares em que as reportagens da *Folha de S. Paulo* (2014, 2019) foram realizadas, cabe notarmos como essas produções elaboram-se a partir de uma política de memória comum que faz da aproximação um modo de estabelecer diferenciações entre casos e, com isso, delimitar que não são equivalentes.

Quem também se vale de intenções para diferenciar os casos são as reportagens de Marina Rossi para o *El País* (2019) e de Tathiany Nascimento para o *Portal G1* (2019). Contudo, de modo mais enfático, essas produções se orientam a rejeitar associações entre Patu e Auschwitz e, para isso, associam-se aos historiadores que criticam elaborações críticas.

"Senador Pompeu não é Auschwitz"



Ao fundo, a sede de sofrimento, de onde se tinha uma visão de toda o 'campo'.
HENRIQUE KARDOSO

Castro Neves ressalta porém, que, apesar do nome como ficou conhecida essa história, não é possível comparar os *campos de concentração* do Ceará aos da Alemanha. "Depois da *Segunda Guerra Mundial*, quando foi revelado o que acontecia na Alemanha nazista, a expressão ficou muito contaminada como um campo de extermínio", diz. "Mas Senador Pompeu não é igual a *Auschwitz*. Aqui, a pessoa recebia uma assistência, que era precária, discutível, mas era uma assistência médica", afirma. "As pessoas não eram carregadas para o *campo*, debaixo de violência, embora houvesse uma tentativa de manter aquelas pessoas ali no isolamento", pondera.

O tombamento do local como patrimônio histórico se junta ao lançamento de um filme, reforçando a importância de Senador Pompeu na história da seca do Brasil. O longa *Currais*, de Sabina Colares e David Aguiar, mistura documentário com ficção para contar, por meio de seis personagens, as histórias dos *campos de concentração*.

Figura 9: Trechos da reportagem 'Quando a seca criou os 'campos de concentração' no sertão do Ceará' do *El País* (2019). **Fonte:** Arquivo de Pesquisa

O chamado de historiadores, reverberado pelas jornalistas, direciona-se a considerar as singularidades dos acontecimentos históricos a fim de valorizar suas particularidades constituintes. Na reportagem do *Portal G1* (2019), de modo categórico, retoma-se as aspas do historiador Frederico Neves para elaborar que "apesar de serem chamadas de campos de concentração não podem ser associadas aos campos de extermínio que existiram na Alemanha, durante o regime nazista" por considerar, em conjunto com o historiador Airton de Farias – também entrevistado



na reportagem – que os motivos e as relações com confinados não se orientavam a morte sistemática como ocorria nos modelos implementados por Hitler.

Na contramão dessa proposição, está a reportagem do *Deutsche Welle* (2019) produzida por Carlos Albuquerque a partir de comparações a fim de constatar “algumas semelhanças, mas também diferenças fundamentais”. Dentre as semelhanças, estão os argumentos sobre eugenia como constituinte dos dois casos; enquanto as diferenças são elencadas considerando que o caso cearense não tinha a morte por finalidade como se dava na Alemanha Nazista, mas dela se valia pelas omissões institucionais. O movimento de comparação empreendido pelo *Deutsche Welle* (2019) não só é semelhante ao empreendido por Valdecy Alves, como é justo notar que ele é um dos entrevistados que é acionado pela reportagem e que integra as afirmações que sustentam tais equiparações entre os casos. Cabe notarmos que, dentre as produções jornalísticas, apenas o *Deutsche Welle* abraça comparações e exerce lógicas de equiparação entre os acontecimentos, assim como é o único a demarcar um conjunto de experiências de confinamento populacional e apresenta-las como anteriores às alemãs.

Nos textos mobilizados, ainda que produzidos em torno de um mesmo acontecimento mobilizador, notamos que se constituem diferentes políticas de memória a partir da relação entre Auschwitz e Patu: enquanto algumas se orientam por aproximações para estabelecer diferenças, há quem se direcione pelas particularidades ou pela equiparação como vias radicais que fundamentam seus modos de lembrar e de esquecer dos acontecimentos. Em meio a variedade de composições, o que se revela é uma disputa em torno dos engajamentos entre os dois casos. Se, por um lado, a patrimonialização regula uma narrativa oficial sobre o acontecimento histórico; por outro, ela não dá conta dos diferentes agenciamentos possíveis e, com isso, diferentes engajamentos a partir de distintos interesses dinamizam aproximações, distanciamentos e equiparações como políticas de memórias para tais acontecimentos.

Acontecimentos que (des)aparecem

Ao notarmos esses três contextos e distintas textualidades em que se mobilizam relações entre Patu e Auschwitz, podemos observar, ainda, a constituição de



qualidades de vinculações entre acontecimentos e políticas de memórias que se estruturam com tais dinâmicas.

A primeira, notável nas produções jornalísticas realizadas nos anos 90 a partir de pautas envolvendo a Equipe Cultural 19-22 e na reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre patrimonialização do sítio histórico, pratica-se aproximações entre os casos a fim de acionar os repertórios frente aos campos nazistas – de mais amplo conhecimento público – para mobilizar interesse pelo caso cearense. A estratégia, aqui, faz da aproximação um modo de convocar públicos a notarem as particularidades do acontecimento local; especialmente quando consideramos que essa aproximação se dá de modos pontuais e, na sequência, se reverte por longas e aprofundadas incursões sobre o Campo do Patu. Essa composição, então, marca-se por uma política de memória que faz aparecer o Campo do Patu frente a notoriedade admitida à Auschwitz, reconhecendo-a para dela se diferenciar a partir de incursões qualificadas que delimitam o que há de localizado em cada acontecimento.

A segunda, praticada por Valdecy Alves em suas realizações audiovisuais e retomada pelo *Diário do Nordeste* (2016) e pelo *Deutsche Welle* (2019) a partir de entrevistas com o ativista, direciona-se a equiparações em que os campos de concentração do Patu e de Auschwitz são tomados como equivalentes a partir de elementos estruturais e de lógicas de confinamento que são apontadas como comuns. A revelia dos contextos particulares de cada caso, atribui-se à eugenia as bases fundamentais que permitiriam tomar os casos como similares. Com isso, temos demarcações que anulam as particularidades dos acontecimentos e dos contextos que os constituem de modos singulares em determinados espaços e tempos; ao passo que tal política de memória, ao valer-se de Auschwitz como referente para pensar os casos locais, especialmente em reivindicações como “nossa Auschwitz” ou “Auschwitz Brasileira”, reifica o caso europeu e sucumbe as particularidades dos ocorridos no Brasil de 1932.

Diferente do primeiro movimento em que a aproximação se constitui como um movimento para fazer ver um acontecimento menos conhecido, o segundo se vale da equivalência do termo campo de concentração e de outras dinâmicas cotidianas ao confinamento que, tomadas como equivalentes, fundamentam argumentos que geram uma sinonímia entre os casos. Ao constataremos essa lógica comparativa que estabelece uma política de memória equiparativa entre os casos, nos aproximamos de



Karoline Silva (2017, p. 48) que também notara, durante as entrevistas realizadas com Valdecy Alves, que “ele procura estabelecer um elo entre Auschwitz e Patu” e que ela se resguardava, “para além dos julgamentos das comparações”, a “pensar nas intenções ao acesso às memórias do Campo de Senador Pompeu e as ligações criadas com o acontecimento alemão”.

Em meio aos esforços para investigar tais estratégias, cabe notar que a política de memória equiparativa faz desaparecer o Patu em favor da reafirmação de Auschwitz. Isto é, ao invés de tornar visível o caso cearense a partir de suas especificidades, o movimento para desaparecer as marcas constituintes da zona de confinamento em Senador Pompeu para, então, tornar visível um protejo pretensamente comum que põe em equivalência o que se chama por campos de concentração. Essa estratégia faz desaparecer tanto o Campo do Patu, quanto outras zonas de confinamento – inclusive atreladas ao nazismo – ao dissolvê-las sob o epíteto de “Auschwitz” que, aqui, já não especifica um campo de concentração, mas se articula enquanto um modelo referencial de confinamento que é apresentado – e reivindicado – como um dado comum.

A terceira, reivindicada por historiadores e reverberadas em produções como as do *El País* (2019) e do *Portal G1* (2019), constitui-se a partir da negação de vínculos entre Patu e Auschwitz ao considerarem que as especificidades contextuais produz assimetrias que inviabilizam comparações. Assim, além de uma crítica fundamental ao movimento exercitado por Valdecy Alves, tais iniciativas buscam valorizar as especificidades constituintes do Patu e de outros casos brasileiros a fim de considerar o que os torna peculiares e historicamente circunscritos.

Trata-se de uma política de memória que busca destituir as homogeneizações tanto no que diz respeito aos casos nazistas que já não se limitam a Auschwitz; quanto aos casos brasileiros que, em diferentes marcadores históricos e sociais, são pensados fora do lastro europeu e a partir das especificidades do caso local. Esse último movimento, diferente dos outros dois citados anteriormente, reivindica o desaparecimento de Auschwitz como referente para, então, fazer aparecer o Patu – e outros casos. Em que pese a variedade de produções jornalísticas e cinematográficas desde a virada do milênio com as quais temos nos envolvido ao longo da pesquisa (MACÊDO, 2025A), é justo notarmos como esse movimento de especificação dos casos cearenses frente ao referente de Auschwitz tem ganhado força. Ainda quando a



crítica as dinâmicas comparativas não são evidentes, importa notarmos como há uma diversidade de criações que se voltam a elaborar narrativas sobre o Patu sem constituir menções, aproximações ou outros enlaces a referentes europeus – aderindo, assim, ao chamado desta política de memória.

Outro aspecto que fortalece tal política de memória é a patrimonialização do Sítio Histórico do Campo do Patu que, além de reforçar uma narrativa oficial orientada a reconhecer as singularidades do acontecimento, faz do dossiê um marco norteador que substancia elementos para elaborar sobre os ocorridos em Senador Pompeu. Ainda que o tombamento não regule a possibilidade de movimentos comparativos, cabe notarmos que ele cria condições para que as especificações do caso cearense sejam valorizadas em detrimento das comparações – tornando-se ocupante de uma maior centralidade em produções jornalísticas contemporâneas que já não mencionam Auschwitz. Isto é, que desaparecem Auschwitz para fazer aparecer o Patu.

Nessas três vinculações, em que pesem suas especificidades, há uma dinâmica movediça em que o aparecimento e o desaparecimento de acontecimentos históricos se modula em conjunto com aproximações, com equiparações e com rejeições aos enlaces entre Patu e Auschwitz. Em conjunto com as políticas de memória identificadas, distintas qualidades de presença desses acontecimentos são estabelecidas e, com isso, um processo de dual entre aparecer e desaparecer se configura em meio a tais enlaces. Isto é, aparecer e desaparecer já não são processos dicotômicos; ao passo em que se enredam em conjunto, em que as adesões a visibilizar determinados aspectos do acontecimento tornam notáveis, ainda, o que se recusa – e vice-versa.

(Des)Aparecer, então, como uma dinâmica resultante da elaboração do acontecimento a partir das políticas de memória que perpassam suas textualizações. Em cada movimento, em seus esforços para visibilizar seus diferentes enredos sobre Patu e Auschwitz, dimensões aparentes revelam o que desaparece; enquanto, o que desaparece nos contesta, nos confronta a notarmos as políticas de memória que constituem tais proposições enquanto criações politicamente motivadas. Nesse sentido, podemos nos aproximar das elaborações de Ariella Azoulay (2013, p. 551) ao considerar os diferentes intentos para “fazer momentos históricos reaparecerem em junções onde outras opções poderiam ter sido escolhidas” e, com isso, destacar que



há tomadas de posição pelas quais os acontecimentos se reelaboram em meio às escolhas para (des)aparecer determinadas nuances, situações específicas retomadas para lembrarmos e esquecermos.

Tais movimentos, ao (des)aparecerem campos de concentração, retomam e atualizam o acontecimento histórico a partir das contradições contextuais em que se dão as textualizações. Importa, pois, considerarmos o que se torna a partir de tais elaborações que fazem as cenas de confinamento “desaparecer num ponto da história, reaparecer muito mais tarde num momento em que talvez não fosse esperada” e que podem, com isso, sobreviver ao “limbo ainda mal definido de uma ‘memória coletiva’”, como outrora provocara Didi-Huberman (2013, p. 55) ao elaborar sobre sobrevivências. Interessa, ao admitirmos as dinâmicas de (des)aparecimento como uma condição das políticas de memória, considerarmos que elas atribuem vida ao acontecimento deslocando-o de um passado pretensamente concluso para situá-lo no presente em que se remodela a partir das tomadas de posição que o constituem.

Nesse rumo, (des)aparecem como acenos à sobrevivência pela qual os acontecimentos se elaboram e se enredam sob as tensões do presente em que estamos a agir, a narrar o Patu estabelecendo distintas vinculações com Auschwitz. Em meio a essas relações, cada política retoma “aquilo que não havia desaparecido completamente e, sobretudo, aquilo que aparece apesar de tudo” para retomarmos as palavras de Didi-Huberman (2011, p. 65) ao considerar que as sobrevivências prescindem modos de ver e de agir para recompor uma história que se articula sob esforços distintos.

Considerações finais

Cada política de memória traçada na relação entre Patu e Auschwitz, com suas especificidades que se adaptam aos processos de textualização de cada narrativa, constituem diferentes formatações dos acontecimentos e, com isso, fazem (des)aparecer o que lhes interessa. Há, pois, gestos peculiares praticados por cada agente em meio a tais contextos que dão vida a tais políticas e que dão forma a tais produções. A noção de “gesto de memória” apresentada por Luciana Amormino (2024) nos interessa na medida em que, ao convocar dimensões do performativo, nos convoca a notar que as políticas de memória se exercitam de modos singulares a



partir das condições de agência em determinados espaços e tempos. Por isso, embora possamos notar marcos para três políticas que organizam determinados modos de enredar os acontecimentos, importa valorizarmos o que há de circunscrito nos modos como cada texto se formata e se constitui como um exercício contextualizado destas políticas.

É pelos gestos de memória que constituem cada texto como tomadas de posição que, aqui, observamos os indicativos das políticas de memória que o formatam e que com ele reverberam. (Des)aparecer os acontecimentos, além de fundamento das políticas de memória, fundamenta-se pelos gestos que o constituem, que o formatam, que o adaptam a cada prática narrativa. Cada agente, ao empenhar seus gestos para articular Patu e Auschwitz, mobiliza uma trama particular para enredar os acontecimentos tornando-os notáveis e, com isso, dá forma e consequência a políticas de memórias que, nem sempre, são antevistas ou planejadas.

Reconhecer essa dinâmica gestual para (des)aparecer na relação entre Patu e Auschwitz mobilizada em diferentes estratégias de narração dos casos nos aproxima das formulações de Bruno Leal (2022) ao elaborar sobre a adaptabilidade dos acontecimentos considerando o que há de agências jornalísticas que tensionam não apenas os regimes de visibilidade de determinados ocorridos, uma vez que se firmam enquanto constituintes do acontecimento a ser disposto aos outros. Assim, diferente de reificar o acontecimento como um dado estável e possível de ser delimitado, importa considerarmos o que há de investimentos em cada uma das políticas percorridas ao elaborarem perspectivas aos ocorridos e, com isso, fazerem aparecer os seus campos de concentração – enquanto de outros se desfazem. Ainda dialogando com Leal et al (2024), cabe admitirmos que, além das disputas em torno da compreensão dos ocorridos, essas diferentes composições revelam a “multidimensionalidade dos acontecimentos” constituída a partir dos diferentes engajamentos que o constituem.

Ao admitirmos que os acontecimentos se elaboram a partir dos agenciamentos que os elaboram, além de considerarmos as multidimensionalidades que o articulam, nos incita a colocarmos em questão os projetos e os tensionamentos que se instituem em conjunto com os esforços para aparecer e desaparecer aspectos e relações entre ocorridos. Nesse rumo, já não cabe tomarmos um acontecimento como um dado ‘puro’ e ‘imutável’ sob a lógica da factualidade, mas questionarmos o que há de



engajamentos para compô-los como tais, como nos incitava Louis Queré (2005, p. 13) ao nos propor uma “inversão de perspectivas” ao considerar que já não seriam os ditames dos ocorridos a definir o acontecimento, mas o acontecimento quem revelaria os agenciamentos que o constituem enquanto uma elaboração significativa.

Há, pois, relações entre Patu e Auschwitz que qualificam distintas políticas de memória e, em meio a elas, já não nos interessa definir qual iniciativa é justa – ou não – de ser realizada; mas constatar que existem e, a partir delas, indagar os diferentes modos de arruinar a cidade que ali se incitam. A cada texto e com as relações constituídas entre campos de concentração, somos chamados a engajamentos que nos dão pistas dos modos agenciados para (des)aparecer o Patu e, com isso, para arruinar a vida cotidiana quando nos percebemos compondo memórias a partir do que nos é proposto e do que (não) sabemos sobre o confinamento.

Assim como cabem esforços para destituirmos os intentos que mobilizam o termo ‘campo de concentração’ como um dado comum, como faz Priscila Perazzo (2002) ao se debruçar sobre uma historiografia dos confinamentos brasileiros; cabe, ainda, considerarmos os modos como nos relacionamos com cada um desses casos e mobilizamos distintas dinâmicas para lembrar e esquecer de tais acontecimentos. Ainda que partilhemos das percepções de historiadores que elaboram críticas às assimetrias comparativas entre Patu e Auschwitz, não há como desprezar que diferentes empenhos narrativos existem e ocupam postos de relevância pelas políticas de memórias que agenciam e, com elas, pelas incidências nos modos de lembrar e esquecer que agenciam. São nos modos como o Patu (des)aparece com os textos que, por fim, podemos reconhecê-los como chamados a distintos arruinamentos da cidade.

Referências

AMORMINO, Luciana. **A memória como gesto**: um ato ético, estético e político. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2024.

AZOULAY, Ariella. Potential History: Thinking through Violence. **Critical Inquiry**, v. 39, n. 3, 2013.



DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vagalumes**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

GINSBERG, Robert. **The Aesthetics of Ruins**. New York: Rodopi, 2004.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

HUYSEN, Andreas. Nostalgia for ruins. **Grey Room**, n. 23, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEAL, Bruno et al. “Dar fé” à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. **E-Compós**, v. 27, 2024.

LEAL, Bruno. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, Bruno. **Do texto à textualidade na comunicação**: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (org). Textualidades midiáticas. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2018.

LIMA, Mayk. **Sempre há esperança após a cerca e a seca**: a patrimonialização do Campo de Concentração do Patu em Senador Pompeu–CE. Dissertação (mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021.

MACÊDO, Daniel. Não é sobre Auschwitz: movimentos do/no tempo em narrativas jornalísticas da Rede Globo sobre campos de concentração no Ceará. In: Anais do 32º Encontro Anual da Compós, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

MACÊDO, Daniel. Entre currais e campos de concentração: heterotopias das zonas de confinamento em textualidades da seca de 1932 no Ceará. **Novos Olhares**, v. 13, n. 2, 2024A.

MACÊDO, Daniel. Necropolíticas do confinamento: da operacionalização à patrimonialização do Campo de Concentração do Patu, em Senador Pompeu/CE. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 21, n.2, 2024B.

MACÊDO, Daniel. Mirar montagens e montar miragens com audiovisuais: tempos e memórias em documentários sobre Campos de Concentração no Ceará. **Vivência - Revista de Antropologia**, v. 1, n. 63, 2024C.

MACÊDO, Daniel. **Entre ruínas e fantasmas**: percursos no espaço-tempo com audiovisuais sobre os confinamentos na seca de 1932. Tese (doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2025A.

MACÊDO, Daniel. Notas sobre pesquisar (com)textos: textualidades e sensibilidades em performances. In LIMA, Shelton; TIMOTEO, Aquinei. **Metodologias em pesquisas acadêmico-científicas**: subjetividades, afetações e práticas. Rio Branco: Nepan Editora/EdUFAC, 2025B.



MACÊDO, Daniel. Entre mortos (des)identificados: santos, devoções e disputas de memórias em meio à Caminhada da Seca. In: Anais do 34º Encontro Anual da Compós, 2025, Curitiba. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2025C.

MACÊDO, Daniel. “Como se pode ver”: Rituais audiovisuais na Caminhada da Seca. **Revista Científica da Faculdade de Artes do Paraná**, v. 32, n. 1, 2025D.

MARTINS, Aterlane. **Das santas almas da barragem à Caminhada da Seca**: projetos de patrimonialização da memória no Sertão Central Cearense (1982 – 2008). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

NEVES, Frederico. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PERAZZO, Priscila. **Prisioneiros da Guerra**: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). Tese (doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RIOS, Kênia. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SILVA, Karoline. **Viva as almas da barragem!**: a construção da Caminhada da Seca em Senador Pompeu-CE (1982-1998). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2017.

TAYLOR, Diana. **!Presente!** The politics of presence. Durham: Duke University Press, 2009.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Discurso pronunciado na capital do Ceará**. Rio de Janeiro: Biblioteca da Presidência da República, 1933.

Materiais de pesquisa: documentos e legislações

SENADOR POMPEU. Decreto nº 15 de 30 de abril de 2019. Diário Oficial. Senador Pompeu, 30 abr. 2019.

Materiais de pesquisa: reportagens

O Povo, Fortaleza, 03 jun. 1996.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 jul 1999.

ALBUQUERQUE, Carlos. A trágica história dos "campos de concentração" do Ceará. **Deutsche Welle**, Bonn, 20 jul. 2019a. Disponível em: l1nq.com/deutschewelle. Acesso em: 16 jun 2024.

BALLOUSSIER, Anna. Segue o seco: viagem pela memória de campos de concentração no Ceará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2014.



BALLOUSSIER, Anna. Campo de concentração no Ceará, anterior aos de Hitler, será tombado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 jul. 2019.

NASCIMENTO, Tathiany. Campo de concentração onde 'flagelados da seca' eram aprisionados é tombado no Ceará. **Portal G1**, Fortaleza, 20 jul. 2019b. Disponível em: link.dev/portalg1. Acesso em: 16 jun 2024.

ROSSI, Marina. Quando a seca criou os 'campos de concentração' no sertão do Ceará. **El País**, São Paulo, 04 jul. 2019. Disponível em: l1nq.com/elpais1. Acesso em: 16 jun 2024.

SALES, Iracema. Auschwitz no Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 08 dez. 2016.

Materiais de pesquisa: audiovisuais

FANTÁSTICO. Campos de Concentração em Senador Pompeu. Produção: TV Globo. DVD. 1996.

VALDECY ALVES. CAMINHADA DA SECA 2013 - CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NUNCA MAIS. Youtube, 11 nov. 2013. 7min40s. Disponível em: <shre.ink/qtz2>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VALDECY ALVES. 33ª CAMINHADA DA SECA E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DA SECA DE 32. Youtube, 11 nov. 2015A. 12min34s. Disponível em: <shre.ink/qtzk>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VALDECY ALVES. Museu do Holocausto em Berlim - no Ceará também teve campo de concentração!. Youtube, 28 abr. 2015B. 1min37s. Disponível em: <shre.ink/qtzT>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VALDECY ALVES. Campos de Concentração no Ceará - Auschwitz - Ração - Nazismo - Escravidão Dailymotion. 10 dez. 2016. 32min47s. Disponível em: <shre.ink/qtzs>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VALDECY ALVES. 37 ANOS DE CAMINHADA DA SECA - SÉCULOS SEM JUSTIÇA SOCIAL!. Facebook, 10 nov 2019. 7min13s. Disponível em: <shre.ink/qtzp>. Acesso em: 20 dez. 2024.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.